Entrelinhas

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Devolução Física Correios

Ano XXVI | nº 99 | Set - Dez de **2025** | Jan - Abr de **2026**

Por dentro do seu Conselho Profissional



Conheça a estrutura do CRPRS e propostas da gestão Avançar a Psicologia RS, que assume com o objetivo de tornar a instituição mais conectada à categoria e à sociedade.

Conheça a nova gestão do CRPRS | PG 17

Você sabe como tramitam as denúncias nos Conselhos de Psicologia? | PG 20

Editorial

Desde setembro à frente do CRPRS, a gestão Avançar a Psicologia RS lança sua primeira edição da revista EntreLinhas.

Nosso compromisso é fortalecer o Conselho como uma instituição cada vez mais próxima, transparente, acessível e conectada à categoria e à sociedade. Nosso convite às/aos profissionais é que se aproximem do Conselho e ocupem esse espaço que é nosso.

Perguntas como *"O que o Conselho faz?"*, *"De que forma o CRP pode contribuir para minha atuação profissional?"*, *"Como a instituição vem se renovando?"* e *"Como posso participar?"* atravessam o cotidiano de muitas/os psicólogas/os. Ao apresentar a estrutura do Conselho, seus setores de atendimento, comissões, modernizações tecnológicas e a nova gestão, buscamos tornar mais visível aquilo que sustenta o funcionamento do CRPRS e, principalmente, evidenciar que esse Conselho é feito por pessoas e para pessoas.

Como afirma a conselheira presidenta, Jeniffer Moreira de Mello, o CRPRS é uma instituição viva, construída cotidianamente por funcionárias/os, conselheiras/os e pela própria categoria. Cada ação, orientação ou política tem como finalidade qualificar o exercício profissional e promover uma Psicologia ética, diversa e socialmente relevante. Mais do que um espaço burocrático, o Conselho é — e deve ser — um lugar de apoio, diálogo, pertencimento e construção coletiva.

Alinhado a essa proposta, em janeiro de 2026 o CRPRS iniciou a construção do seu planejamento estratégico 2026-2028, instrumento fundamental para garantir uma gestão transparente e eficaz. A categoria está convocada a acompanhar.

Que esta edição da EntreLinhas seja, portanto, um convite aberto. Um chamado para que psicólogas/os do Rio Grande do Sul se reconheçam como parte ativa do CRPRS.

Boa leitura!

Comissão Editorial

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **Cristiane Paviani** – CRP 07/24992, por infração ao art. 1º, alíneas "e", "f" e "g" e artigo 9º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº20/2021.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

ADVERTÊNCIA

à psicóloga **Denisa Soares** – CRP 07/20260, em decorrência do processo disciplinar ético nº37/2020, por infração aos arts. 2º, alínea "j" e 9º do Código de Ética Profissional e art. 2º da Resolução CFP nº1/2009. Penalidade tornada pública por força do parágrafo único do artigo 147 do Código de Processamento Disciplinar.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Jeniffer Moreira de Mello, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 DIAS

à psicóloga **Débora Cristina Gonçalves Freitas Coradini** – CRP 07/20043, por infração ética aos Princípios Fundamentais III, V e VI, e art. 1º, alíneas "c", "e", "i" e "j" do Código de Ética Profissional do Psicólogo, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº11/2018. Fica a profissional supracitada impedida de exercer quaisquer atividades como psicóloga no período de 01 a 30 de abril de 2026.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026.

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Eline Ester Grossi, Flávia Cardozo de Mattos, Gabriela Zanella, Jeniffer Moreira de Mello e Luciara Mosselin Rochak.

Jornalista responsável: Aline Victorino (MTb 11.602)

Estagiário em Jornalismo: João Felipe Rosales

Projeto gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

Ilustração capa: Imagem gerada por IA

Impressão: Escala Indústria Gráfica

Tiragem: 3.200 exemplares
Distribuição gratuita

crprs.org.br
x.com/crprs
facebook.com/conselhopsicologiars
youtube.com/crprs
@conselhopsicologiars

Comentários e sugestões:
imprensa@crprs.org.br

Sumário

Relato de experiência 4
Dedicação à Psicologia e ao CRPRS

Reportagem especial 6
Por dentro do seu Conselho profissional

Perspectiva 17
Conheça a nova gestão do CRPRS

Orientação técnica 20
Você sabe como tramitam as denúncias nos Conselhos de Psicologia?

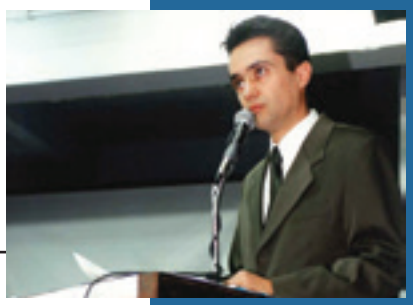
CREPOP 21
CREPOP: 20 anos de história, novos métodos e agendas contemporâneas para a Psicologia nas políticas públicas

Transparência 22

Fique atenta/o 23

Dicas culturais 24

Psicologia e pesquisa 26
Conheça as novas publicações do CRPRS















Relato de experiência

Dedicação à Psicologia e ao CRPRS

Lucio Fernando Garcia | CRP 07/08011

Psicólogo Fiscal

Era o ano de 1997. O CRPRS havia acabado de sair de uma intervenção realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). A instituição estava em processo de reorganização, adequando-se à legislação vigente e estruturando um novo quadro funcional concursado. Foi nesse cenário que ingressei no Conselho como psicólogo fiscal. Eu ainda não tinha plena dimensão dos desafios que viriam, mas trazia comigo um profundo entusiasmo pela profissão, um engajamento que, com o passar do tempo, se transformaria, podemos dizer, em uma militância profissional.

Naquele momento, os recursos humanos e materiais disponíveis eram escassos. Na falta de tecnologia, recorríamos aos improvisos! As solicitações de orientação eram anotadas em cadernos. Posteriormente pesquisaríamos a resposta, que, na maioria das vezes, não constava nos materiais disponíveis. A consulta ao CFP era limitada, muitas das resoluções que hoje sustentam a profissão e auxiliam a fiscalização não existiam, algumas estavam sendo desenvolvidas. Os meios tecnológicos eram bastante limitados, não dispúnhamos de computadores e o equipamento mais moderno era um aparelho de fax, utilizado para o envio e o recebimento de ofícios ou mensagens urgentes. Hoje, isso soa quase como uma relíquia de outro tempo! Os materiais de orientação também eram poucos, restritos a algumas publicações do CFP, principalmente compilações das poucas resoluções existentes à época.

A categoria profissional também era pequena. Éramos menos de oito mil psicólogas/os inscritas/os no Rio Grande do Sul. Eu orientava colegas por telefone ou presencialmente, na sede do antigo CRPRS, que ficava próxima ao HPS. A prática profissional estava circunscrita, principalmente, à psicologia clínica e à área organizacional e do trabalho. Vivíamos, então, a vigência do terceiro Código de Ética Profissional da categoria, estabelecido pela Resolução CFP nº 002/87. As demandas orientativas restringiam-se, em sua maioria, a questões relacionadas ao sigilo profissional e ao uso de técnicas e procedimentos reconhecidos pela ciência psicológica. No âmbito da orientação e fiscalização, havia necessidade de fomentar a discussão e a reflexão sobre os procedimentos éticos e técnicos relacionados à avaliação psicológica, com destaque para a elaboração de documentos escritos, bem como para o encaminhamento e a devolução destes. Em 2001, o CFP publicou a Resolução nº 23, que definiu o teste psicológico como método de avaliação privativo do psicólogo e regulamentou sua elaboração, comercialização e uso. A partir desse momento, os testes e instrumentos passaram a exigir fundamentação teórica, evidências empíricas de validade e precisão das interpretações, além da apresentação de dados empíricos sobre suas propriedades psicométricas. Trata-se de um grande avanço para a prática profissional, para os avaliados e para a fiscalização. Antes dessa regulamentação, era frequente o questionamento sobre a utilização de determinados instrumentos, especialmente no âmbito da perícia judicial, quanto à sua validade e precisão.

A publicidade profissional era limitada, os anúncios apareciam quase exclusivamente em guias profissionais de jornais. Alguns colegas ainda utilizavam panfletos ou revistas de circulação mensal. As fiscalizações aconteciam apenas sob demanda, geralmente em forma de averiguações. Não existiam fiscalizações de rotina, como as que se consolidariam mais tarde. Atualmente, o CRPRS realiza fiscalizações de rotina junto às pessoas jurídicas, organizadas de forma sistemática pelo setor de fiscalização, com atuação em todo o estado. Essas ações contam com o uso de tablets com acesso à rede, permitindo que o profissional fiscalizado assine o documento no próprio local e o receba imediatamente em seu endereço eletrônico, evidenciando a modernização e a ampliação dos procedimentos fiscalizatórios.

As viagens eram realizadas, em geral, para visitar subsedes, alguma averiguação fiscalizatória ou ministrar palestras de orientação junto aos cursos de graduação em Psicologia. O CRP não dispunha de veículo, como ocorre atualmente, e, no início, muitas vezes, utilizei meu próprio carro para percorrer o estado. Em seguida, o Conselho passou a alugar veículos e disponibilizá-los para as atividades de fiscalização e deslocamento. Como eu era o único fiscal em todo o Rio Grande do Sul, não era raro viajar à noite, após o expediente, para estar no destino no dia seguinte. Em diversas ocasiões, realizava o deslocamento e o retorno no mesmo dia, pois os recursos financeiros do CRP, naquele momento, eram limitados, sendo possível custear apenas o transporte, e não o pernoite. Tratava-se de um período em que a profissão exigia total empenho e, diante das limitações de recursos, compreendíamos a necessidade de investir na valorização da prática profissional. Essa situação estendia-se a todas as áreas do Conselho e aos seus conselheiros à época.

Embora possa parecer um período de dificuldades e até mesmo de sacrifícios, a paixão pela profissão e pela autarquia suplantava qualquer desconforto. Posso dizer que foi um momento romântico da profissão. A Psicologia começava a ser aceita em diferentes espaços, os profissionais eram poucos e, muitas vezes, era necessário explicar o que fazíamos e quais eram nossas habilitações. Nas políticas públicas, passávamos a ingressar timidamente, mas, aos poucos, esse campo mostrou-se de extrema importância para o acesso da população aos serviços psicológicos. Como fiscal, participávamos de inúmeras comissões como assessores, em destaque a Comissão de Orientação e Fiscalização, Comissão de Ética, Trânsito, Avaliação Psicológica e Psicoterapia.

Os principais desafios daquela época estavam relacionados ao estabelecimento dos limites da profissão e à sua apresentação como uma profissão regulamentada. Registrávamos dificuldades e dúvidas que, somadas às contribuições de outros Conselhos Regionais, auxiliaram o CFP a promover a edição de novas resoluções orientativas para a categoria. Quando o CFP precisava discutir situações de abrangência nacional, eram utilizadas reuniões telefônicas.

Hoje, os desafios são outros, muito mais complexos. O avanço das redes sociais e a multiplicação dos meios de divulgação profissional transformaram radicalmente o cenário, impondo novos e constantes desafios à fiscalização. Naquele tempo, quando uma inadequação era identificada, a orientação era realizada por meio de um ofício (carta) encaminhado diretamente ao profissional, que, na maioria das vezes, levava tempo para chegar e nem sempre era recebido. Diferentemente daquele período, hoje a comunicação é praticamente instantânea. O espaço físico, que antes predominava, deu lugar ao ambiente virtual.

Com o passar dos anos, o CRPRS foi se modernizando. Vieram os computadores e, depois, a internet, que mudou profundamente a forma de comunicação institucional, de acesso a publicações, legislações e contato entre os Regionais, facilitando as condutas fiscalizatórias. Passamos a utilizar o e-mail como meio de comunicação que, à época representava uma inovação, mas que hoje é comum.

Ao revisitar essa trajetória, reconheço, com profunda satisfação, os avanços do CRPRS no âmbito da orientação e da fiscalização. Superamos uma fase inicial, ainda pouco estruturada, em que cada passo era um aprendizado, e construímos, com dedicação, processos sólidos e consistentes, alicerçados em posicionamentos técnicos consistentes. O acúmulo de referências técnicas, a consolidação de posicionamentos éticos firmes e a produção contínua de publicações orientativas fortaleceram de maneira decisiva a atuação do Conselho e a qualificação da prática profissional. Seguimos adiante, prontos para o futuro e seus desafios!



Evento pelo Dia da/o Psicóloga/o em 2001

Reportagem especial

Por dentro do seu Conselho profissional

O que o Conselho faz? De que forma ele pode contribuir para minha atuação profissional? Como a instituição vem se renovando tecnologicamente? Como posso participar das atividades do CRP?

Questionamentos como esses sempre chegam ao CRPRS e, nesta edição da Entrelinhas, queremos apresentar a organização do Conselho e de que forma cada psicóloga/o do Rio Grande do Sul pode contribuir e participar ativamente para o fortalecimento da profissão no estado.

"Queremos reafirmar que o CRPRS não é apenas o local ao qual recorremos por obrigação quando concluímos nossa formação em Psicologia. O CRPRS é uma instituição viva, composta por pessoas comprometidas com a defesa, o fortalecimento e a valorização da nossa profissão. São funcionárias/os, conselheiras/os e todas as/os psicólogas/os do estado que formam o nosso Conselho. Cada ação, cada orientação e cada política construída aqui tem como finalidade qualificar o exercício profissional e promover uma Psicologia ética, diversa e socialmente relevante. Nosso compromisso é nos aproximarmos cada vez mais de toda a categoria, para que cada profissional reconheça nesse espaço uma instância de apoio, diálogo e parceria para sua atuação cotidiana. Queremos que todas/os se sintam pertencentes, representadas/os e convidadas/os a construir, junto conosco, os caminhos da profissão", afirma a conselheira presidenta, **Jeniffer Moreira de Mello**.



Para que a profissão seja exercida de acordo com os princípios éticos e técnicos e em respeito à legislação brasileira vigente, existe uma ampla estrutura jurídica, técnica e administrativa: o Sistema Conselhos de Psicologia, no qual o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) está inserido.

O CRPRS é uma autarquia de direito público. Além de buscar proteger a sociedade, por meio da orientação e fiscalização da profissão, o Conselho promove a construção de uma Psicologia crítica e reflexiva a respeito das mais diversas questões sociais, com especial destaque para as políticas públicas, a defesa dos direitos humanos, o acesso à cidadania e a inclusão social. A Lei nº 5.766, de 1971, disciplina a criação do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia e estabelece que os Conselhos sejam dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira.

O **Sistema Conselhos de Psicologia** é constituído por um conjunto de órgãos colegiados: o **Congresso Nacional de Psicologia – CNP**, a instância máxima de caráter deliberativo, realizada a cada três anos, que estabelece as políticas e diretrizes; a **Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF**, instância deliberativa constituída por representantes dos Conselhos Federal e Regionais, que se reúne, pelo menos, duas vezes ao ano; o **Conselho Federal e 24 Conselhos Regionais de Psicologia**, formados por psicólogas/os eleitas/os por meio do voto direto para mandato de três anos; e as **Assembleias Regionais**, espaços voltados à participação da categoria em que são discutidas e votadas questões pré-definidas e amplamente divulgadas, como o valor da anuidade do ano seguinte.

Fique atenta/o à agenda de Assembleias e participe!

Conheça a nova gestão do CRPRS

O CRPRS tem como órgão deliberativo a **Plenária**, formada por 15 conselheiras/os efetivas/os e 15 conselheiras/os suplentes, e como órgão executivo, a Diretoria, eleita pela Plenária a cada ano de mandato.

Em setembro de 2025, o CRPRS realizou a solenidade de posse do XVIII Plenário do CRPRS, Gestão Avançar a Psicologia RS, eleita com 44,75% dos votos válidos.

Durante a cerimônia, as conselheiras Jeniffer Moreira de Mello e Athena Bittencourt Martins Camargo reafirmaram o compromisso com a categoria de construir um Conselho presente, ético, transparente, técnico e capaz de dialogar com a sociedade gaúcha. “Faremos uma gestão para todos. Isolamento institucional não protege ninguém. A Psicologia precisa caminhar com o SUS, a educação, a assistência social, a justiça, a ciência e os movimentos sociais. Iremos trabalhar com ética, promover a fiscalização qualificada, primar pela transparência e modernização institucional, ampliar a descentralização, a presença nos territórios e a incidência nas políticas públicas. A força do nosso grupo está na diversidade de experiências e na unidade de propósitos: ciência e ética, como norte; escuta e diálogo, como método; e coragem e cuidado, como postura”.

Conselheira Presidenta:
Jeniffer Moreira de Mello

Conselheira Vice-Presidenta:
Athena Bittencourt Martins Camargo

Conselheira Tesoureira:
Fabiula de Fatima Machado dos Santos

Conselheira Secretária:
Gabriela Zanella



Conselheiras/os efetivas/os:

Athena Bittencourt Martins Camargo
Bruna Archese Kafczinski Artus
Bruno Alexandre Ferreira de Freitas
Carina Rosa Lucion Flores
Eline Ester Grossi
Fabiula de Fatima Machado dos Santos
Gabriela Zanella
Jeniffer Moreira de Mello
Luciara Mosselin Rochak
Maurício Tortelli Debastiani
Patricia Garcia
Tainara Rodrigues Alves
Valquiria Rodrigues Rosa
Vanessa Arlete Marques Cazelato
Viviane Pacheco dos Santos

Conselheiras/os suplentes:

Andréia Haas Krug
Bruna Kroth
Carla Christini Guimarães
Esther Abigail Helena Maciel Nunes
Geisiane Diniz da Luz
Juliana Frighetto
Júlio Cézar Cramer Nunes
Kelly Lidiane dos Santos Alves
Menelique Avicena de Arruda Moraes
Paula Correa Carriconde
Rejane Constante da Cunha
Rhuan dos Santos Aguilar
Sérgio Vieira Brandão
Vinicius Rech Arcari
Viviane Fabro de Britto

Orientar e fiscalizar o exercício profissional

O CRPRS trabalha para firmar seu compromisso com a sociedade e com a categoria profissional, atuando na orientação, fiscalização e valorização da prática psicológica em todo o estado. Como autarquia responsável por regulamentar o exercício profissional, busca garantir que a população tenha acesso a serviços éticos e de qualidade, além de apoiar psicólogas/os em suas demandas cotidianas.

O Conselho conta com um quadro de 40 funcionárias/os concursadas/os que atuam nas áreas: administrativa, finanças, técnico-política, tecnologia da informação e comunicação e eventos. Atualmente são mais de 30 mil psicólogas/os inscritas/os e ativas/os no CRPRS.

Para que a responsabilidade de disciplinar, fiscalizar, julgar e orientar o exercício da profissão no país seja exercida de forma técnica e responsável, há um corpo técnico formado por psicólogas/os que sustentam as ações do Sistema Conselhos de Psicologia.

No Rio Grande do Sul, a área técnica do CRPRS é composta por sete psicólogas/os fiscais: Lucio Fernando Garcia (CRP 07/08011); Letícia Goldenberg Giannechini (CRP 07/12222); Geovana Ferreira da Silva (CRP 07/26815); Antonieta Martins Lopes Bridi (CRP 07/23600); Kwala Machado da Rosa (CRP 07/20143); Larissa Goya Pierry (CRP 07/25248); e Flávia Cardozo de Mattos (CRP 07/15863), que atualmente atua como coordenadora técnico-política. Quem já procurou o Conselho em busca de alguma orientação técnica certamente já teve contato com alguns desses profissionais.

As/Os psicólogas/os fiscais do CRPRS respondem dúvidas da categoria, por telefone, e-mail, vídeo chamada ou de forma presencial. Além disso, são essas/es profissionais que subsidiam tecnicamente as publicações do Conselho, em livros, cartilhas ou redes sociais; acompanham as orientações coletivas, presenciais








e online; realizam fiscalizações de rotina e averiguações; auxiliam na análise de denúncias e assessoram as comissões permanentes e especiais do CRPRS.

As orientações prestadas diariamente abrangem todos os campos em que a Psicologia se insere, do setor público ao privado. Desde dúvidas cartoriais, como procedimentos para registro profissional e obtenção de registro de especialista, até dilemas bioéticos complexos. São essas/es psicólogas/os fiscais que se empenham em oferecer respostas acolhedoras, responsáveis e tecnicamente fundamentadas, fortalecendo a categoria e protegendo as pessoas atendidas.



"Ingressamos no CRPRS mediante concurso público e temos um compromisso inegociável com a profissão. Não há, neste vasto campo de trabalho da Psicologia, cursos de capacitação para o nosso métier, tão singular. Aprendemos nosso ofício, de orientar e fiscalizar a categoria, dentro do próprio Conselho, a partir da troca de saberes com nossos pares, Psicólogos Fiscais de todo o país. Chegamos até aqui por diferentes trajetórias profissionais que, somadas, formam um rico mosaico. Uma vez investidos no cargo de psicólogas/os fiscais, ampliamos nossa atuação para todas as Psicologias e para todas as regiões do território gaúcho", explica a coordenadora técnico-política, Flávia Cardozo de Mattos.

"Temos aprendido sobre direitos humanos, sobre gestão integral de riscos e desastres, sobre desafios da formação, sobre a incorporação de novas tecnologias à profissão, sobre urbanismo, sobre novas políticas públicas, sobre inserção parlamentar. Aprendemos diariamente que este lugar que ocupamos, de corpo técnico da estrutura legal da maior Psicologia do mundo, é um lugar de extrema responsabilidade. Trabalhamos juntos, de forma colaborativa e comprometida, para qualificar nossa escuta e responder às demandas da categoria e da sociedade com ética, rigor e sensibilidade. Atuamos a partir da premissa de que a Psicologia é, simultaneamente, ciência e profissão.



É na ciência psicológica que buscamos as bases para nossas orientações, e é a partir dessas orientações que tensionamos e enriquecemos as produções científicas da área. Nesse movimento, temos participado cada vez mais de eventos científicos regionais e nacionais, transitando pelos diferentes temas que compõem a Psicologia brasileira, a maior do mundo. Provocados especialmente pelas enchentes de 2024, mas não apenas por elas, conquistamos espaços relevantes em universidades, associações, congressos e simpósios. Representamos o CRPRS nesses ambientes, dando voz às inquietações da categoria e buscando as melhores respostas para devolver aos profissionais. A Psicologia gaúcha tem uma trajetória sólida e reconhecida nacionalmente. Ocupar o lugar de psicólogos fiscais do CRPRS é, portanto, uma grande honra e uma grande responsabilidade. Diante de vocês, está uma equipe técnica profundamente comprometida com essa missão e com a valorização da Psicologia do Rio Grande do Sul."

Entre as principais atribuições do Conselho estão o registro e acompanhamento da atuação profissional, a elaboração de orientações técnicas, a promoção de debates sobre temas emergentes da Psicologia e a defesa intransigente dos direitos humanos. O CRPRS também fiscaliza o exercício da profissão para coibir práticas irregulares e assegurar que a ética seja o eixo central do trabalho psicológico.

Nos últimos anos, o Conselho tem reforçado ações de aproximação com a categoria, ampliando espaços participativos, como comissões, grupos de trabalho e eventos. Essas iniciativas buscam construir, de forma coletiva, respostas aos desafios contemporâneos da profissão, desde o impacto das novas tecnologias até a ampliação da Psicologia nas políticas públicas.

Modernizando o atendimento à categoria

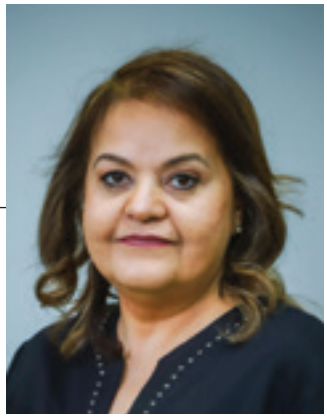
O CRPRS tem focado em aprimorar, modernizar e qualificar os processos de atendimento à categoria. Ao longo dos anos, o número de profissionais cresceu muito e a estrutura do Conselho tenta acompanhar essa evolução. Hoje são mais de 30 mil inscritas/os no CRPRS. Para atender a todas as demandas administrativas, o Conselho está reorganizando suas áreas de atendimento: cadastro e cobrança, que hoje contam com 13 funcionárias/os concursadas/os e três estagiárias e jovens aprendizes.







"Estamos finalizando o planejamento estratégico do Conselho para o próximo triênio e a excelência no atendimento é uma de nossas prioridades. Queremos qualificar serviços, agilizar o retorno à categoria e melhorar nossos indicadores nessas áreas", afirma a coordenadora geral do CRPRS, Evelise Arispe de Campos.



Uma das novidades para 2026 é a implementação de um chatbot para Whatsapp, ou seja, a categoria poderá elucidar dúvidas administrativas sobre sua inscrição no Conselho de forma automática. "O chatbot passará a integrar os canais oficiais de atendimento da autarquia. A nova ferramenta tem como objetivo agilizar respostas, ampliar o acesso a informações e oferecer mais eficiência no atendimento à categoria e ao público em geral. É importante ressaltar, contudo, que essa tecnologia não irá substituir o atendimento humano e não irá elucidar dúvidas mais complexas e técnicas, como as relacionadas ao exercício profissional", explica Evelise.

Em novembro de 2025, teve início a **coleta de dados biométricos de forma remota**, etapa fundamental para quem está se inscrevendo no Conselho ou para psicólogas/os que desejam uma segunda via da Carteira de Identidade Profissional (CIP), que desde 2023 é confeccionada em material plástico, com maior resistência, durabilidade e segurança. Com a novidade, a categoria não precisa se deslocar até a sede ou subsedes do Conselho para realizar a coleta, pois todo esse processo pode ser realizado de onde a/o psicóloga/o estiver, com segurança e rapidez. "Essa foi uma mudança importante que trouxe mais agilidade, praticidade e economia de tempo para profissionais da Psicologia em todo o estado", avalia o coordenador administrativo do CRPRS, **André Sommer Bertão.**



Após a conclusão da coleta e a validação dos dados pelo setor de cadastro, a/o profissional terá acesso à Carteira de Identidade Profissional digital, disponível diretamente pelo aplicativo, sem a necessidade de deslocamento. A versão impressa do documento poderá ser retirada na sede ou numa das subsedes do CRPRS, em Caxias do Sul, Pelotas ou Santa Maria, conforme a preferência de cada profissional.

Para solicitar a nova CIP, acesse **crprs.org.br/pessoafisica**, busque **Carteira de Identidade Profissional** e siga as orientações para realizar o pedido.

Em caso de dúvidas, envie um e-mail para **cadastro5@crprs.org.br**.

No setor de cobranças, o objetivo principal para 2026 é promover a qualificação no atendimento por intermédio de um processo de cobrança humanizado e tecnológico, oferecendo ações de conscientização e facilitação de pagamento, de modo a incentivar a adimplência sustentável e fortalecer o vínculo institucional. "Seguimos avançando em ações tecnológicas que buscam qualificar o atendimento, trazendo maior autonomia à categoria junto aos serviços online. A liberação do acesso aos dados financeiros prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2026 é resultado dessa evolução. A viabilidade do reajuste zero para a anuidade 2026 e a redução das taxas para o mínimo permitido representam resultados significativos das ações em desenvolvimento para recuperação de créditos.", explica o coordenador de finanças, **Marcelo Borges.**



Saiba como atualizar dados de cadastro

Toda/o profissional deve manter atualizado o seu cadastro junto ao CRPRS. As informações de cadastro são fundamentais para que a comunicação entre a entidade e a/o profissional seja efetiva.

A atualização de dados de contato como endereço, e-mail e telefone pode ser feita de forma on line acessando **crprs.org.br/pessoafisica**.

Já a mudança de dados pessoais como nome, estado civil, filiação, entre outros, necessita da comprovação mediante documentação. Acesse o requerimento on line disponível em **crprs.org.br/pessoafisica** e envie os documentos comprobatórios.

Dúvidas sobre a atualização podem ser enviadas para o e-mail **cadastro@crprs.org.br**.

Emissão de certidões e declarações

Serviços como emissão de certidões de regularidade são demandas frequentes no setor de cadastro e que podem ser obtidas pelo próprio profissional diretamente no site do Conselho.

Também é possível solicitar as declarações de comprovação de período de atividade através do e-mail **cadastro@crprs.org.br**.

O CRPRS emitirá, sem custo algum, as seguintes certidões/declarações:

- Certidão de especialista (constando a especialidade já registrada no Conselho);
- Certidão de regularidade (informando número de registro, situação financeira e ética);
- Certidão de inscrição (informando número de registro);
- Declaração de exercício profissional (para apresentação no exterior);
- Declaração de período de atividade e cancelamento (para registros em situação cancelada).

Para gerar as certidões acesse **crprs.org.br/pessoafisica** e siga as instruções. As certidões são geradas e exibidas de forma automática, por isso é importante observar se o navegador não está bloqueando a abertura da janela (popup) com a certidão.



Interrupção temporária ou cancelamento

Toda/o profissional com inscrição ativa no CRPRS, para estar regularmente inscrita/o, deve pagar anualmente um tributo federal obrigatório: a anuidade. O valor é aprovado pela categoria em Assembleia Geral Ordinária.

Assim, toda/o profissional que não estiver exercendo mais atividades na área da Psicologia deve solicitar o **cancelamento da inscrição** para que não gere a anuidade. Mais informações podem ser obtidas em **crprs.org.br/pessoafisica**. Se a/o psicóloga/o desejar retornar a exercer a profissão deverá solicitar a reativação diretamente pelo site.

Outra possibilidade é pedir a **interrupção temporária da inscrição** em casos de viagem ao exterior ou doença que tenha gerado afastamento das atividades profissionais. Acesse **crprs.org.br/pessoafisica** e confira mais informações, documentos comprobatórios necessários e link para preenchimento de requerimento. Quando cessar o período de afastamento por interrupção temporária ou desejar retornar às atividades, a/o profissional deverá entrar em contato com o setor de cadastro através do endereço **cadastro@crprs.org.br** para regularizar sua situação.

Tanto no cancelamento como na interrupção temporária, a Carteira de Identidade Profissional fica retida no CRPRS.

Lembrando que o número de registro no Conselho será sempre o mesmo.

No ano em que completa 65 anos, a/o profissional receberá a isenção permanente, ficando isenta/o do pagamento da anuidade a partir de então. Mesmo com a isenção, o registro junto ao CRPRS permanecerá ativo e regular e a/o psicóloga/o poderá seguir exercendo a profissão.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal aberto a sugestões, elogios, críticas e reclamações, um espaço estratégico para o diálogo com a categoria e com a sociedade. Atualmente a funcionária **Renata Severgnini** é responsável pela ouvidoria do CRPRS junto com a conselheira **Valquiria Rodrigues Rosa**.



"A ouvidoria do Conselho é responsável por receber elogios a procedimentos e ações de servidores, reclamações relacionadas a falhas administrativas ou denúncias de irregularidades praticadas na instituição. É importante destacar que este canal não recebe denúncias sobre o exercício profissional das/os psicólogas/os nem atua como central de atendimento, respondendo a pedidos que poderiam ser encaminhados para outros setores", explica Renata.

Ao receber qualquer manifestação, a ouvidoria busca soluções visando ao aprimoramento do processo de prestação de serviços, sempre primando pela eficiência, transparência e uniformidade nas respostas às demandas recebidas.

Todas as denúncias precisam ser identificadas, de acordo com o disposto na Constituição Federal, art. 5º, inciso IV. O preenchimento dos dados de forma completa e exata, é importante para a tramitação correta do processo. Nas situações de não identificação, a manifestação será arquivada.

É importante lembrar que a ouvidoria deve ser a última instância à qual recorrer, uma vez que todos os setores do CRPRS têm algum canal de comunicação aberto com a categoria e a sociedade. Confira todas as formas de contato com o Conselho em **crprs.org.br/contatos**.

"A ouvidoria do CRPRS está contribuindo para a qualificação do atendimento à categoria, identificando pontos frágeis da instituição que precisam ser aprimorados", complementa Renata.

Para saber mais sobre o trabalho da ouvidoria do CRPRS acesse **crprs.org.br/ouvidoria**.

Conheça as Comissões do CRPRS em atividade

A organização do CRPRS é operacionalizada por meio das Comissões Permanentes, Comissões Especiais e seus Grupos de Trabalho e Núcleos.

Comissões Permanentes

São as comissões obrigatórias em todos os CRPs. São fundamentais para o cumprimento das funções primordiais destinadas à origem do Sistema Conselhos.

- **Comissão de Ética (COE)**
  Presidente: Maurício Tortelli Debastiani

Tem a função de instaurar processos e apurar faltas éticas. A comissão recebe e analisa denúncias sobre infrações éticas cometidas por psicólogas/os. Os processos disciplinares são absolutamente sigilosos, mas qualquer psicólogo/a tem direito a acessar suas informações pessoais e solicitar declarações a serem emitidas pela Comissão de Ética.

- **Comissão de Orientação e Fiscalização (COF)**
  Presidenta: Carina Rosa Lucion Flores

Tem como atribuição principal orientar e fiscalizar o exercício profissional da categoria. Garante o cumprimento das leis, decretos e resoluções que regulamentam a profissão.

- **Comissão de Licitação**
  Presidenta: Athena Bittencourt Martins Camargo

É responsável pelos processos licitatórios, seguindo os ritos da Administração Pública.

- **Comissão de Relações Étnico-Raciais**
  Presidenta: Athena Bittencourt Martins Camargo

Aberta à participação de toda categoria, tem o objetivo de trabalhar e produzir orientações sobre questões pertinentes às relações étnico-raciais no âmbito da Psicologia e sociedade.

Comissões Especiais

São comissões constituídas em função de demandas específicas. Para mais informações, envie e-mail para comissoes@crprs.org.br.

- **Comissão de Avaliação Psicológica**
  Presidenta: Valquiria Rodrigues Rosa

Tem como função essencial refletir sobre a avaliação psicológica no exercício profissional nos mais diversos contextos: clínico, escolar, do trabalho, trânsito, porte de arma, sistema prisional e âmbito judiciário.

- **Comissão de Descentralização**
  Presidenta: Gabriela Zanella

Discute o processo de descentralização das ações do Conselho para alcançar psicólogos/as de todo o estado e atender diferentes demandas regionais. A esta comissão estão vinculados os polos.

- **Comissão de Direitos Humanos**
  Presidenta: Athena Bittencourt Martins Camargo

Tem se colocado como um campo que transversaliza problemáticas da categoria, vindo a ser um balizador ético da atuação profissional, além de incentivar a reflexão e o debate sobre as práticas psicológicas, intervindo em situações de violação dos direitos humanos.

- **Comissão de Educação**
  Presidenta: Esther Abigail Helena Maciel Nunes

É um espaço de discussão e avaliação das políticas e da atuação do/a psicólogo/a no campo educacional e escolar, especialmente a implementação da Lei 13.935/2019, que inclui psicólogas/os e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica.

- **Comissão de Formação**
  Presidenta: Jeniffer Moreira De Mello

Além de interagir com as instituições de formação em Psicologia, busca fomentar discussões relativas à formação de profissionais e sua interface com as demandas contemporâneas da sociedade.

- **Comissão de Inclusão de Acessibilidade**
  Presidenta: Gabriela Zanella

Tem o objetivo de orientar, qualificar e subsidiar o CRPRS para fortalecer práticas éticas e democráticas que garantam uma Psicologia acessível, plural e anticapacitista no estado.

- **Comissão de Políticas Públicas**
  Presidente: Maurício Tortelli Debastiani

Espaço de reflexão, diálogo e construção coletiva de referências e posicionamentos a serem defendidos pela Psicologia na sociedade e nas políticas públicas no estado. É responsável, ainda, pela articulação das representações da categoria nas instâncias de controle social.

- **Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho**
  Presidenta: Jeniffer Moreira de Mello

Tem como objetivo pesquisar e debater a atuação dos/as psicólogos/as nas organizações e no trabalho, seus efeitos para a profissão e para a sociedade.

- **Comissão de Cuidados Paliativos**
  Presidenta: Gabriela Zanella

Discute demandas relacionadas à atuação da Psicologia junto a pessoas em situação de adoecimento grave, sofrimento intenso e finitude, bem como às suas famílias e redes de cuidado.

- **Comissão de Psicoterapia**
  Presidenta: Fabiula de Fatima Machado dos Santos

Promove o debate e a reflexão para a construção de referências que subsidiem práticas e regulamentações das modalidades psicoterapêuticas.

- **Comissão de Riscos, Emergências e Desastres**
  Presidenta: Jeniffer Moreira de Mello

Discute o papel da Psicologia no campo das emergências e dos desastres, especialmente no gerenciamento de riscos e vulnerabilidades.

- **Comissão Gestora da Subsede Centro-Oeste - Santa Maria**
  Coordenadora: Carina Rosa Lucion Flores

- **Comissão Gestora da Subsede Serra - Caxias do Sul**
  Coordenadora: Patrícia Garcia

- **Comissão Gestora da Subsede Sul - Pelotas**
  Coordenadora: Paula Correa Carriconde

- **Comissão de Comunicação**
  Presidenta: Jeniffer Moreira de Mello

Cria estratégias de comunicação com a categoria, outras instituições e a sociedade em geral.

- **Comissão de Análise para a Concessão do Registro do Título de Especialista**
  Presidenta: Esther Abigail Helena Maciel Nunes

- **Comissão de Bens Patrimoniais**
  Presidenta: Fabiula de Fatima Machado dos Santos

Você sabe qual a diferença entre Conselho Profissional e Sindicato?

A principal diferença é que o **Conselho** é um órgão público e fiscalizador que regula e zela pela ética profissional, enquanto o **Sindicato** é uma entidade de classe que defende os direitos trabalhistas e representa a categoria perante empregadores e governo.

Os **conselhos profissionais** são autarquias federais de direito público com espaço de atuação delimitado por leis constitucionais e mantido pelas contribuições que todas/os as/os profissionais vinculadas/os estão legalmente obrigadas/os a pagar.

Sua criação é uma iniciativa do poder executivo com aprovação do Congresso Nacional, por lei específica, que estabelece as diretrizes gerais sobre a disciplina e fiscalização das categorias profissionais. Os conselhos têm o exercício do poder disciplinar, ou seja, controlam e fiscalizam o exercício profissional, visando ao benefício e à proteção dos interesses da sociedade, atuando para combater o exercício ilegal da profissão e proteger a/o profissional e seu espaço no mercado de trabalho. A razão de existir dos conselhos profissionais é a atividade de fiscalização de exercício profissional.

Os **sindicatos** são entidades civis, sem fins lucrativos, com fins de coordenação e representação legal dos trabalhadores, organizados por categorias. Têm como missão principal a luta pela melhoria das condições de trabalho, da remuneração, das relações entre colaboradores e proprietários de empresas – sejam elas privadas ou públicas – e a defesa da classe. Verificam também a jornada ideal de trabalho, piso salarial e acordos anuais, fazendo prevalecer os direitos trabalhistas garantidos pela CLT.

Já as **associações**, por sua vez, são organizações privadas, criadas com o objetivo de promover o aperfeiçoamento profissional e a relação entre profissionais de uma mesma área de atuação.

Os espaços de atuação dos conselhos e dos sindicatos são delimitados por força de lei e por suas naturezas jurídicas. Assim, muitas demandas levadas pela categoria ao CRP não podem ser atendidas, visto que, legalmente, são de responsabilidade do sindicato. Muitas vezes, no entanto, o CRPRS estabelece articulações para unir forças em lutas conjuntas e reflexões importantes para a profissão, como a mobilização pela aprovação dos projetos que defendem a jornada de trabalho de 30 horas semanais e o piso salarial nacional para a Psicologia, por exemplo.

Saiba mais sobre o trabalho desenvolvido pelo Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul em **https://sipergs.org.br**.

SIPERGS
Sindicato dos Psicólogos do Estado no Rio Grande do Sul

Perspectiva

Conheça a nova gestão do CRPRS

A nova gestão no CRPRS **Avançar a Psicologia RS**, tomou posse em setembro de 2025 com o objetivo de aproximar o Conselho da categoria. Nesta edição da revista Entrelinhas, as diretoras do CRPRS apresentam planos e prioridades para os próximos anos. Confira entrevista com a conselheira presidenta, Jeniffer Moreira de Mello; com a conselheira vice-presidenta, Athena Bittencourt Martins Camargo; com a conselheira tesoureira, Fabiula de Fatima Machado dos Santos; e com a conselheira secretária, Gabriela Zanella.

De forma resumida, como vocês definem a gestão Avançar a Psicologia RS? Qual legado essa gestão quer deixar para o Conselho?

A gestão Avançar a Psicologia RS é um movimento coletivo, ético e comprometido com a valorização da Psicologia como ciência e profissão. Nosso legado será reposicionar o CRPRS como um Conselho mais próximo da categoria, mais transparente, descentralizado e tecnicamente qualificado, que escuta, dialoga e constrói com e para a categoria.

Quais os principais objetivos da gestão? Quais pautas são prioridade para vocês?

Os principais objetivos da nossa gestão envolvem tanto o fortalecimento da relação do Conselho com a categoria quanto o aprimoramento da estrutura interna do próprio CRPRS. Buscamos uma gestão moderna, sustentável e alinhada aos desafios contemporâneos da Psicologia. São prioridades a valorização profissional, a qualificação da orientação ética, a inclusão e a acessibilidade, a descentralização das ações do Conselho e o fortalecimento do diálogo com a categoria. Internamente, a gestão investe na modernização da comunicação institucional, com maior integração tecnológica, processos mais ágeis e linguagem acessível, além do fortalecimento da base do Conselho, seus funcionários e equipes técnicas, reconhecendo que uma instituição forte começa por quem a sustenta no cotidiano. Outro eixo central é o compromisso com a economicidade e a responsabilidade na gestão financeira, garantindo sustentabilidade, transparência e uso consciente dos recursos, sempre em consonância com o interesse público e com a valorização da Psicologia como ciência e profissão.



Quais os principais desafios já identificados e como estão trabalhando para superá-los? Dentre eles, qual a gestão vê como principal?

Um dos principais desafios identificados foi a distância entre o Conselho e a categoria, especialmente no que diz respeito ao acesso, ao atendimento e aos processos internos. Havia uma percepção de pouca proximidade no cotidiano profissional das/os psicólogas/os, inclusive em aspectos básicos, como cadastro e identificação profissional. Desde o início da gestão, esse desafio vem sendo enfrentado com ações concretas. Um exemplo é a modernização do atendimento e do cadastro, com a implantação da coleta biométrica para a emissão da Carteira de Identificação Profissional (E-CIP), que trouxe mais agilidade, segurança e eficiência aos processos, qualificando a experiência da categoria junto ao Conselho. Outro avanço importante é o fortalecimento do diálogo institucional e da presença política do CRPRS. A gestão tem atuado de forma integrada com o legislativo, com os conselhos de saúde e com outras instâncias de debate, recolocando o Conselho e a Psicologia como protagonistas nas discussões sobre saúde mental e políticas públicas. A reaproximação com a categoria é, portanto, o principal eixo desse enfrentamento e será feito por meio de ações práticas, escuta ativa, presença institucional e reposicionamento do Conselho como um espaço vivo, acessível e comprometido com quem exerce a Psicologia no dia a dia.

Que investimentos estão sendo pensados para ampliar a comunicação entre categoria e Conselho?

Compreendemos a comunicação como um eixo estratégico de governança e participação. Por isso, os investimentos em comunicação estão sendo pensados de forma integrada, alinhados à modernização dos processos, ao uso qualificado da tecnologia e à necessidade de maior proximidade com a categoria. Nos primeiros meses de gestão, o foco esteve na organização interna e no diagnóstico institucional. Em janeiro, foi realizado o planejamento estratégico do CRPRS, um momento de imersão coletiva que envolveu conselheiras/os, coordenações, presidentes de comissões e equipes técnicas. Esse processo permite mapear onde o Conselho está, identificar prioridades e definir, de forma compartilhada, para onde queremos avançar, garantindo que a categoria acompanhe, participe e se reconheça nos rumos do CRPRS.

De que forma pretendem se aproximar mais da categoria que está distante da sede ou das subsedes do Conselho?

Por meio da descentralização efetiva das ações, com presença nos territórios, fortalecimento das atividades regionais, uso estratégico das tecnologias, realização de eventos híbridos e participação em iniciativas locais. A Psicologia no Rio Grande do Sul é diversa e plural, e o Conselho precisa estar conectado a essa realidade.

Como o Conselho pretende colaborar com as Instituições de Ensino Superior para qualificar a formação em Psicologia?

Por meio do diálogo permanente com as instituições de ensino superior, ações formativas conjuntas, aproximação com estágios, eventos técnicos e fortalecimento do compromisso ético desde a graduação. Entendemos que qualificar a formação é também cuidar do futuro da Psicologia e do exercício profissional responsável.

Considerando a função do Conselho de orientar e fiscalizar o exercício profissional, quais os planos da gestão para essa atuação?

A gestão Avançar a Psicologia RS compreende que a orientação e a fiscalização já são atribuições consolidadas do Conselho, exercidas por meio de comissões específicas, como a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Nosso compromisso é fortalecer esse trabalho, reafirmando seu caráter educativo, pedagógico e de cuidado com a profissão. Essa atuação está fundamentada na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicóloga/o no Brasil. Fiscalizar também é preservar e proteger a sociedade, resguardar a profissão e garantir condições éticas e técnicas para o exercício profissional.

Como a categoria pode participar mais ativamente do Conselho?

A participação da categoria acontece, principalmente, por meio do acompanhamento e do engajamento nas ações promovidas pelo CRPRS. As/os psicólogas/os podem se aproximar do Conselho acompanhando os conteúdos divulgados nas redes sociais, no site institucional, na revista Entrelinhas e participando das assembleias. Outra forma importante de participação é por meio dos eventos, jornadas e atividades técnicas organizadas pelo Conselho, como a 1ª Mostra Técnica realizada em novembro de 2025, que abriu um espaço qualificado de troca, visibilidade e compartilhamento de práticas profissionais. Além disso, a contribuição da categoria nas pesquisas e consultas realizadas pelo CRP é fundamental para orientar decisões e ações da gestão.

As pautas sociais seguirão sendo levadas adiante pela gestão?

Sim. As pautas sociais seguem sendo centrais para a gestão Avançar a Psicologia RS, pois fazem parte da própria identidade da profissão e de seu compromisso ético com a sociedade. A atuação do Conselho considera as diferentes realidades do Rio Grande do Sul, respeitando as especificidades dos territórios, das populações e dos contextos sociais. Nossa gestão orienta suas ações pelos princípios da universalidade, da equidade e da igualdade, compreendendo que garantir direitos implica reconhecer desigualdades e atuar de forma responsável e comprometida com a justiça social. Ao atuar nas pautas sociais, o Conselho também fortalece a identidade e o papel da Psicologia perante a sociedade, de forma técnica, ética e comprometida com o interesse público.

Que mensagem vocês gostariam de deixar às/aos psicólogas/os do Rio Grande do Sul?

A gestão Avançar a Psicologia RS nasce do encontro entre muitas trajetórias, escutas e desejos de fazer diferente. Agradecemos a cada psicóloga e a cada psicólogo que confiou neste movimento, que acreditou na importância de estudar, compreender e fortalecer o Sistema Conselhos como espaço legítimo de defesa da Psicologia e da sociedade. Também nos dirigimos a todos que, por diferentes razões, não caminharam conosco neste processo. Nosso compromisso é com toda a categoria. Acreditamos que o trabalho sério, ético e responsável é a forma mais consistente de construir confiança, ampliar diálogos e aproximar o Conselho das realidades vividas no exercício profissional. Queremos um CRPRS que desperte interesse, pertencimento e participação; um Conselho que não se limite a normativas, mas que produza sentido, orientação e presença. Ao longo deste triênio, seguiremos demonstrando, na prática, que avançar é cuidar da Psicologia como ciência, profissão e compromisso social - com abertura, escuta e responsabilidade coletiva.

Orientação técnica

Você sabe como tramitam as denúncias nos Conselhos de Psicologia?

Flávia Cardozo de Mattos | CRP 07/15863
Coordenadora Técnico-Política do CRPRS

Antonieta Martins Lopes Bridi | CRP 07/23600
Geovana da Silva Ferreira | CRP 07/26815
Kwala Machado da Rosa | CRP 07/20143
Larissa Goya Pierry | CRP 07/25248
Letícia Goldenberg Gianecchini | CRP 07/12222
Lúcio Fernando Garcia | CRP 07/08011
Psicólogas/os Fiscais do CRPRS

Todos os Conselhos Regionais de Psicologia têm por função precípua, conforme estabelecido na Lei nº 5.766/1971, fiscalizar o exercício da profissão em sua área de competência e funcionar como tribunal regional de ética profissional. Essas atribuições são fundamentais para fortalecer a atuação profissional e garantir os direitos das pessoas atendidas. Havendo indícios de faltas éticas de psicólogas/os, é possível oferecer denúncia ao CRP competente pelo local dos fatos.

Os CRPs admitem denúncias relacionadas exclusivamente ao exercício profissional da Psicologia. Isso significa que são analisadas condutas praticadas no contexto do trabalho profissional, quando há indícios de irregularidade ética e/ou técnica. Situações de natureza estritamente pessoal, como conflitos privados ou desentendimentos alheios à atuação profissional, não podem ser apuradas pelos Conselhos, pois extrapolam sua competência legal.

As denúncias não podem ser anônimas. No entanto, em determinadas situações, é possível solicitar sigilo sobre a identidade da pessoa denunciante. Quando o fato denunciado é público, como conteúdos divulgados em redes sociais ou outros meios de comunicação, o CRP pode assumir o polo ativo da denúncia, sem a identificação de quem a apresentou. Já em situações de natureza privada, como alegações de quebra de sigilo profissional ou emissão de documentos psicológicos, a pessoa denunciada tem direito de conhecer integralmente os termos da denúncia e a identificação de quem a formulou, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Tanto os procedimentos éticos quanto os de orientação e fiscalização tramitam de forma sigilosa nos CRPs. Isso significa que apenas as partes diretamente envolvidas têm acesso às informações processuais. Somente algumas penalidades, após o trânsito em julgado, devem ser tornadas públicas, conforme previsão normativa. Por essa razão, mesmo casos que ganham ampla repercussão midiática precisam seguir o rito confidencial até sua conclusão.

A tramitação das apurações de denúncias no Sistema Conselhos de Psicologia é regulamentada por normas específicas, entre elas a Resolução CFP nº 011/2019, que institui o Código de Processamento Disciplinar (CPD), e a Resolução CFP nº 010/2017, que dispõe sobre a Política de Orientação e Fiscalização (POF). Essas normativas estabelecem critérios, etapas e garantias para todas as partes envolvidas.

Para oferecer denúncia ao CRPRS, é necessário preencher o formulário eletrônico disponível em **crprs.org.br/denuncias**. O documento será analisado pela presidência de acordo com os critérios legais e normativos vigentes.

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CREPOP: 20 anos de história

Gabriela Zanella | CRP 07/34962
Conselheira referência do CREPOP no CRPRS

Em 2026, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) completa 20 anos como uma política institucional estratégica do Sistema Conselhos de Psicologia. Ao longo de duas décadas, o CREPOP consolidou-se como espaço de produção coletiva de referências técnicas que qualificam o exercício profissional da Psicologia em diálogo com as políticas públicas, os territórios e as demandas sociais emergentes.

Esse marco histórico coincide com a abertura de um novo ciclo de trabalho, orientado pela atualização metodológica do CREPOP e pelo aprofundamento de temas prioritários para a atuação profissional. A nova metodologia de pesquisa, construída coletivamente nos últimos anos, propõe um avanço ao reconhecer a singularidade de cada política pública como eixo estruturante da produção das referências técnicas.

A proposta fortalece a aproximação com os contextos de atuação, valoriza a escuta das/os profissionais nos serviços e amplia a participação da categoria em etapas essenciais do processo de pesquisa.

No planejamento nacional para 2026, os temas de trabalho refletem desafios contemporâneos das políticas públicas brasileiras e dialogam com deliberações recentes do Sistema Conselhos. Questões como emergências e desastres, atenção a povos originários, acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, avaliação psicológica em diferentes contextos, saúde sexual e reprodutiva e atualização de normativas profissionais integram a agenda de estudos e produções técnicas do CREPOP, reafirmando o compromisso da Psicologia com práticas éticas, socialmente referenciadas e sensíveis às desigualdades históricas.

Entre esses campos, destaca-se o início de um novo ciclo de pesquisa dedicado aos cuidados paliativos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A incorporação desse tema dialoga com a institucionalização da Política Nacional de Cuidados Paliativos e com a necessidade de orientações técnicas que subsidiem a atuação da Psicologia, visando ao alívio da dor, do sofrimento e de outros sintomas em pessoas que enfrentam doenças ou outras condições de saúde que ameaçam ou limitam a continuidade da vida, bem como em seus familiares e cuidadores. Esse campo é voltado a pessoas em situação de adoecimento grave, sofrimento intenso e finitude, bem como às suas famílias e redes de cuidado. A previsão, conforme planejamento nacional, é que esse processo contribua para a construção e entrega, em 2027, de uma nova referência técnica.

Ao completar 20 anos, o CREPOP reafirma sua vocação como ponte entre ciência, ética e política pública. Em um mundo marcado por incertezas e atravessamentos coletivos, o Sistema Conselhos renova seu compromisso com uma Psicologia que sustenta o cuidado, a proteção social e a defesa de direitos, com responsabilidade institucional, presença nos territórios e compromisso com a transformação social.

"O início do ciclo de pesquisa do CREPOP em cuidados paliativos reconhece a complexidade e as especificidades dessa área de atuação e reafirma a necessidade de diretrizes técnicas e éticas que sustentem uma prática qualificada, sensível e responsável diante do adoecimento grave, da finitude e do luto. A construção dessa referência técnica, fruto de um processo coletivo e territorializado, reafirma a contribuição fundamental da Psicologia na atenção ao sofrimento humano e fortalece a consolidação da Psicologia em Cuidados Paliativos como especialidade, em consonância com a Política Nacional de Cuidados Paliativos e com o compromisso histórico da Psicologia com o cuidado e a dignidade humana".

Natalia Schopf Frizzo | CRP 07/21597
Especialista em Cuidados Paliativos (Albert Einstein/SP), mestra em Psicologia e Saúde (UFCSPA), vice-presidente da Academia Gaúcha de Cuidados Paliativos e Membro do Comitê de Psicologia da Academia Nacional de Cuidados Paliativos.

Transparência

ANUIDADE 2026

Para 2026, a categoria aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16/08/2025, o REAJUSTE ZERO para a anuidade 2026, mantendo o valor congelado em R$ 713,16. Conforme a Lei nº 12.514/11, os Conselhos Regionais não estão autorizados a reduzir anuidades, cabendo aos Conselhos Federais definir políticas de desconto e taxas.

O valor integral da anuidade pode ser pago de forma parcelada em 6x sem juros de R$ 118,86, com vencimentos mensais consecutivos, no último dia de cada mês.

A novidade para este ano foi a redução do valor das taxas para o mínimo permitido pelo Conselho Federal de Psicologia.

Confira os valores dos principais serviços:

Taxa de Inscrição PF	R$ 71,32
Emissão de CIP	R$ 28,53
Taxa de Inscrição PJ	R$ 178,29
Certificado PJ	R$ 71,32
Alteração de Registro PJ	R$ 178,29
Atestados / Certidões / Declarações	ISENTO

Dúvidas? Entre em contato com o CRPRS pelo **fiqueemdia@crprs.org.br**.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em janeiro, conselheiras/os e funcionárias/os do CRPRS estiveram reunidos para a construção coletiva do Planejamento Estratégico do CRPRS para o período de 2026 – 2028. O trabalho foi conduzido pela consultora Bianca Marder Dreyer.

Durante os encontros, diretoria, comissões e setores organizaram seus planos de ações para 2026, incluindo a descrição de projetos, metas e indicadores que serão monitorados e publicizados, a partir de agora, trimestralmente, conforme recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

O planejamento estratégico será agora formatado e, em breve, publicizado, permitindo o acompanhamento de toda a categoria e sociedade.

Fique atenta/o

Em defesa da avaliação psicológica na **obtenção da CNH**

O Sistema Conselhos de Psicologia defende a permanência da avaliação psicológica e da Psicologia do Tráfego nos processos de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).



Recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) enviou documento, também subscrito pela Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (Abrapsit), ao Governo Federal reforçando o papel essencial da Psicologia na promoção da segurança viária, prevenção de sinistros e proteção da vida.

CFP e Abrapsit alertam que mais de 90% dos sinistros de trânsito têm relação com o fator humano e que a avaliação psicológica é reconhecida internacionalmente como medida preventiva essencial, em consonância com recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas (ONU) e de organismos regionais de segurança viária.

Exame criminológico

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a **Nota Técnica nº 32/2025**, que orienta a atuação ética e crítica de psicólogas/os na realização do exame criminológico. Além de um manual técnico, esta nota atua como um documento político e ético, que atravessa o fazer da Psicologia e é refletido na justiça social, na defesa dos direitos humanos e na promoção da dignidade das pessoas em privação de liberdade.

Acesse em **https://x.gd/CzK6U**

Atuação da Psicologia junto às **pessoas com deficiência**

Conheça o Manual Orientativo para uma Atuação Anticapacitista na Psicologia, publicação lançada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). A iniciativa reúne fundamentos éticos, técnicos e políticos para orientar psicólogas/os em práticas inclusivas, apresentando diretrizes sobre atendimento, avaliação biopsicossocial, acessibilidade e enfrentamento ao capacitismo, inserindo-se em um conjunto de ações do CFP com foco no cuidado e na saúde integral dessa população. O objetivo é fortalecer o cuidado junto às pessoas com deficiência a partir de suas múltiplas expressões e singularidades.

Acesse em **https://x.gd/HDKxB**

Posicionamento contrário à **regulamentação da ABA**

Está em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei (**PL 1.321/2022**) que propõe estabelecer critérios para utilização da terapia baseada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) por profissionais da saúde e educação.

O Sistema Conselhos de Psicologia vem posicionando-se contrário à regulamentação da ABA como profissão autônoma, já que a ABA integra a formação da Psicologia e, por isso, deve permanecer como prática de psicólogas/os. O CFP defende ainda, a formação qualificada, a responsabilidade ética e a segurança das pessoas atendidas, em especial crianças e adolescentes com deficiência, bem como o conjunto da população que se encontra no espectro autista.

Intervenções em saúde mental e educação devem ser realizadas de forma multiprofissional, abrangendo a pluralidade de métodos e referenciais. Destaca-se, desse modo, o respeito à autonomia profissional na decisão sobre métodos e técnicas, mas, sobretudo, o respeito à diversidade dos contextos de intervenção.

Dicas culturais

A natureza da mordida

Luciara Mosselin Rochak | CRP 07/25578

Conselheira do CRPRS

Olívia, o que você não tem mais que te entristece tanto? Foi essa pergunta que me atravessou logo nas primeiras páginas e me fez perceber que Carla Madeira não nos oferece apenas uma narrativa, mas uma experiência de escuta. Uma escuta profunda, que se dirige aos movimentos internos que não cabem em respostas imediatas. É por isso que considero esta obra especialmente relevante para psicólogas/os: ela nos convoca a permanecer onde o sentido não se revela de imediato, mas se insinua.

O livro "A natureza da mordida" acompanha o encontro entre Olívia, uma jovem jornalista que tenta compreender uma perda que ainda não sabe nomear, e Biá, uma psicanalista idosa cujas memórias se fragmentam enquanto tenta manter alguma coerência de si mesma. A alternância entre as duas vozes cria uma tensão narrativa que remete diretamente ao trabalho clínico: de um lado, a tentativa de organizar a própria história; de outro, o material que escapa, falha e retorna, pedindo espaço para existir.

Madeira escreve com precisão afetiva e coragem estética. Ela não simplifica a complexidade emocional, ao contrário, abre espaço para que cada camada de sofrimento apareça em seu próprio tempo. Culpa, abandono, responsabilidade e vínculos que persistem apesar de tudo são tratados sem pressa, com a delicadeza necessária para que o leitor acompanhe o processo sem se afastar dele. A obra lembra que a subjetividade não se explica, ela se atravessa.



Ao seguir Olívia e Biá, percebi que a pergunta inicial se tornava um convite para revisitarmos as nossas próprias marcas. O que nos mordeu e permaneceu? O que acreditamos ter perdido que reorganiza silenciosamente nossa forma de estar no mundo? Madeira não oferece respostas, mas oferece algo mais raro: a possibilidade de reconhecer nossas contradições com honestidade.

Entre todos os livros da autora, este foi o que mais demorei para ler. Não pela dificuldade formal, mas pela densidade afetiva. Eu precisava de tempo para digerir cada capítulo, deixar que certas cenas ecoassem antes de seguir adiante. A natureza da mordida é um desses livros que não se esgotam na leitura, eles continuam trabalhando dentro de nós, provocando, abrindo espaço, convidando a pensar. E justamente por isso permanecem.

Um Lugar Bem Longe Daqui

Eline Ester Grossi | CRP 07/24917

Psicóloga e Conselheira do CRPRS

O livro de Delia Owens (Editora Intrínseca) narra a intensa e comovente trajetória de Kya Clark, uma menina abandonada pelos pais ainda na primeira infância. Criada no brejo, um cenário tão hostil quanto fascinante, Kya aprende cedo que sobreviver exige coragem, instinto e uma força emocional incomum. Sozinha, ainda pequena, passa a pescar para garantir o próprio sustento, vendendo o que colhe em uma pequena vendinha do porto, onde encontra um casal que, com delicadeza, lhe oferece algum acolhimento e um laço humano capaz de suavizar a solidão.

Com o tempo, Kya se torna uma jovem profundamente marcada pela ausência de cuidado, mas também moldada por uma conexão íntima com a natureza, que acaba funcionando como figura materna simbólica. Sem saber ler ou escrever, encontra em um amigo de infância o apoio necessário para se alfabetizar, gesto que transforma sua vida e representa a importância de um vínculo afetivo estável no processo de desenvolvimento emocional. A partir daí, começa a registrar com devoção cada espécie e segredo do brejo, fazendo desse ambiente não apenas seu lar, mas sua identidade e base de segurança emocional.

A trama ganha intensidade quando Kya se envolve com um rapaz da cidade, cuja intenção não vai além de brincar com seus sentimentos. Essa relação evidencia aspectos importantes da psicologia da personagem: a vulnerabilidade emocional, a dificuldade em



reconhecer riscos afetivos e a influência direta dos traumas da primeira infância em sua capacidade de confiar. Após o rompimento, o rapaz é encontrado morto e o peso do preconceito recai sobre a jovem que sempre viveu à margem, revelando mecanismos sociais de estigmatização, isolamento e julgamento moral. Para a maioria das pessoas, “a menina do brejo”, como era rotulada, era a principal suspeita do suposto crime.

A leitura abre espaço para questionamentos psicológicos profundos. Como uma criança sobrevive emocionalmente após ser abandonada por quem deveria protegê-la? Como sucessivos rompimentos de vínculo afetam a formação da personalidade? Quais marcas a negligência deixa na socialização, na autoestima e na capacidade de confiar? De que forma o ambiente pode funcionar como suporte psíquico, substituindo vínculos humanos fragilizados?

O desfecho é emocionante e, em muitos momentos, a narrativa provoca angústia, ternura e admiração. Kya representa, de maneira sensível e poderosa, como a resiliência pode nascer do trauma, como a natureza pode oferecer continência quando o afeto humano falha e como é possível reconstruir a si mesma, mesmo após profundas feridas emocionais. É a prova de que, apesar do abandono, ainda há caminhos para pertencer, reinventar-se e encontrar um lugar — mesmo que bem longe daqui.

Conheça as novas publicações do CRPRS

O CRPRS fez diversas publicações em 2025, entre cartilhas e orientações técnicas, que circularam em várias esferas como educação, ambiente familiar, atuação de profissionais da saúde, infância e adolescência. Saiba um pouco mais sobre essas publicações.

Perguntas e respostas sobre documentos psicológicos



Uma publicação prática e acessível, elaborada com o objetivo de orientar psicólogas/os sobre elaboração, entrega e guarda de documentos produzidos no exercício profissional.

Fruto do trabalho da Área Técnica do CRPRS, a publicação apresenta orientações objetivas – no formato de perguntas e respostas – para as dúvidas mais frequentes encaminhadas pelas/os psicólogas/os ao Conselho. A produção de documentos psicológicos está entre as atividades que mais geram dúvidas da categoria, conforme apontado por levantamentos da Área Técnica do CRPRS e pelo CensoPsi 2022, iniciativa do Conselho Federal de Psicologia.

"Perguntas e Respostas sobre Documentos Psicológicos" está disponível para download em **crprs.org.br/publicacoes**. A versão impressa deverá ser disponibilizada à categoria em 2026.

Cuidados psicossociais a pessoas, famílias e comunidades afetadas por situações de violência extrema em escolas



Dividida em três volumes, esta série de orientações técnicas foca nos cuidados psicossociais a familiares e cuidadores de crianças e adolescentes, profissionais da Psicologia e profissionais da saúde que lidam com pessoas que vivenciaram situações de violência extrema dentro do ambiente escolar.



Entre rios e ruínas: a Psicologia diante do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul

A enchente de maio de 2024 ainda é uma pauta pertinente no cotidiano dos gaúchos, ainda mais quando se fala em cuidados psicológicos. Essa publicação é resultado do atravessamento coletivo desta tragédia. O projeto nasceu a partir de weibnários e das rodas orientação territorializadas que o Conselho realizou em 2024 que tiveram como objetivo orientar a categoria diante de desastres ecológicos.

Este documento reúne experiências e problematizações acerca desta pauta, ainda tão presente e atual diante da realidade, e tem como principal objetivo contribuir, como ciência e profissão, para o enfrentamento dos desafios técnicos e éticos da categoria diante de tais situações.

Acesse estas e outras publicações na íntegra em **crprs.org.br/publicacoes**.

Coleta biométrica

agora também é remota!

A coleta de dados biométricos para a confecção da **Carteira de Identidade Profissional** já pode ser **realizada online**, sem a necessidade de deslocamento até a sede ou subsedes.



Após a validação dos dados biométricos, a **carteira digital** fica disponível para acesso da/o psicóloga/o no **aplicativo E-CIP.**

Mais praticidade para psicólogas/os.

Acesse:
crprs.org.br/coletabiometrica
e realize sua coleta.

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

CRPRS
Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ FALECIDO
- ☐ AUSENTE
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ CEP
- ☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO

____/____/____ _____
RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970